

Os professores e seu ofício: Ensinar, escrever e fazer História

Arlette Medeiros Gasparello¹ - UFF

O tema deste trabalho configurou-se a partir da problematização do processo inicial de formação da profissão docente no século XIX brasileiro. ² Mais especificamente, nosso enfoque dirigiu-se para o corpo docente do Colégio de Pedro II, fundado na Corte em 1837 sob patrocínio imperial e que lhe atribuiu o caráter de *modelo* de instrução secundária para todo o país. O Colégio, que tinha seu currículo organizado com ênfase na cultura clássica humanista especialmente apropriada à formação de uma elite, era ainda prestigiado com as visitas periódicas realizadas pelo próprio imperador. Até República Velha, esta instituição, apesar de sofrer alguns revezes como a mudança de nome no novo regime, conservou uma posição privilegiada por seu papel determinante para os livros didáticos e avaliações.

Quem foram estes professores? A que grupo ou segmento social pertenciam? Quais as práticas sociais e culturais que os caracterizavam?

Tais indagações encaminham o foco deste trabalho numa perspectiva que procurou identificar os elementos constituintes do ofício de ensinar em suas relações com as demandas da instituição escolar e de uma sociedade como a do século XIX do Rio de Janeiro, na qual a cultura, de inspiração aristocrática e orientada pelos paradigmas europeus, servia “para promover os interesses e a perspectiva da elite, ao permitir uma socialização comum, uma legitimação comum ... para os relacionamentos entre os poderosos em um contexto neocolonial”. ³

- Os referenciais de análise: o livro didático, a docência e os professores

Nesse caminho metodológico consideramos importante nos interrogarmos sobre a possibilidade de construir um perfil sociocultural do grupo em questão,⁴ considerando que o estudo do modo de formação de uma identidade social exige uma perspectiva *relacional* na

qual o historiador deve se interrogar sobre a experiência dos indivíduos em suas relações sociais, inscritas na “rede de compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe”⁵ Uma perspectiva, portanto, na qual o *processo* social que se efetiva está no centro da análise, na medida em que se preocupa em definir a *experiência* e o *interesse* dos atores no interior dos vínculos sociais, já que “o percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios – a família, o trabalho, a vida social – desenha seu horizonte social”.⁶

- O livro didático

Os professores, como intelectuais, acompanhavam o movimento das idéias sobre educação e pedagogia; como autores de obras didáticas, serviram-se dos textos publicados para o ensino para divulgar, além dos saberes das disciplinas escolares, um método, uma didática do ensinar e aprender.⁷

Nesse processo, o papel dos livros didáticos consolidou-se como principal instrumento pedagógico na escola secundária e elementar, porque veiculava os saberes específicos dos programas de ensino e os conteúdos pedagógicos através de seus exercícios, perguntas, quadros sinóticos e leituras complementares.

No centro desta investigação, o livro didático como objeto de pesquisa é compreendido nas interfaces de suas relações com seus agentes e práticas. Profundamente inscrito no processo de escolarização, sua elaboração e uso escolar sempre esteve associado às atividades docentes. No século XIX, vemos que esta associação foi geradora de compêndios surgidos na época: os professores secundários, a partir de suas aulas, preparavam os livros que seriam adotados nas instituições escolares primárias e secundárias.⁸

- Os professores como elite intelectual e política

No conjunto dos dispositivos e práticas que definiram a institucionalização dos estudos secundários, destaca-se o papel representado pelos professores. Para esta ordem de estudos,

concebidos como de cultura geral para uma elite que se destinava aos estudos superiores, a posição do professor teria que corresponder à importância destas funções. No *Colégio de Pedro II*,⁹ especial atenção foi dada aos critérios de seleção dos catedráticos, à organização do trabalho docente e aos procedimentos, direitos e prerrogativas de sua função, que envolverão a figura do mestre da instituição secundária oficial de uma aura de prestígio e honrarias.

Os dados levantados na pesquisa permitiram construir quadros de análise sobre a formação, carreira docente, produção e atividades desses professores. Ao todo, foram pesquisados 50 sujeitos, com dados mais completos relativos a 37 docentes. A maior parte desses professores era formada por médicos, juristas e Bacharéis em Letras, título obtido pelos diplomados pelo curso secundário completo no Colégio Pedro II ou equiparados.¹⁰ Dentre os que exerciam o magistério no Colégio de Pedro II no período, encontra-se maior concentração de formados em Medicina, seguindo-se os de formação jurídica, os bacharéis em ciências físicas e naturais e bacharéis em matemáticas e ciências físicas - que atuavam no quadro de formação científica do currículo.

Os professores do Colégio formavam um *corpo* de profissionais intelectuais que se destacavam pela erudição e estilo de vida: liam no original os autores ingleses, alemães, franceses; freqüentavam as mesmas instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as Academias Literárias e outras sociedades culturais e científicas da época. Uma elite formada por muitos ex-alunos, bacharéis, homens de letras, escritores, juristas e também médicos, jornalistas, críticos literários e políticos, que ocuparam cargos na alta administração do país, no legislativo, na diplomacia e nos órgãos da administração educacional. Pesquisadores, foram historiadores e autores de livros didáticos; muitos se revelaram educadores interessados na pedagogia, e escrevendo livros sobre a educação nacional além de relatórios sobre o ensino no Brasil.

Nos primeiros anos, os professores eram nomeados por indicação do Imperador. Depois foi introduzido o concurso (1847), a princípio apenas de títulos. Os concursos, assim como os exames dos alunos, seguiam determinações minuciosas previstas nos estatutos e regimentos do Colégio, que cercaram essas cerimônias de todo um ritual de tradição e magnificência. Sobre o primeiro concurso, que foi realizado para preencher a cadeira de *História e Geografia Descritiva*, afirma Doria (1997, p. 65): “Qualquer dos candidatos de 1847 não era desconhecido ou professor improvisado”.

O corpo docente, até o início dos anos 20, compunha-se de professores catedráticos, professores substitutos, professores honorários e professores. Para cada seção do Colégio (Internato e Externato), havia um professor de *história do Brasil*, um de *história universal* e um professor substituto de História. Os professores substitutos também eram escolhidos por voto da Congregação. No caso de haver necessidade de outros professores, eram escolhidos de preferência os bacharéis formados pelo Colégio, ou “da Casa”, conforme era costume falar, sob a indicação dos catedráticos da respectiva cadeira, para exercerem as funções de professor suplementar até o término do ano letivo. Os professores suplementares e os substitutos deviam seguir o mesmo programa e o método de ensino, além de adotarem os mesmos compêndios que o professor efetivo. Os professores honorários recebiam este título por escolha da Congregação, através de processo de votação das propostas e pareceres, entre os professores de excepcional competência. Na década de 20,¹¹ surge a categoria de docentes livres no corpo docente do Colégio, que além dos catedráticos, também compunha-se de professores honorários, professores de Desenho e de Ginástica, e auxiliares de ensino.¹²

No Brasil republicano da primeira década do século XX, na letra da lei qualquer brasileiro com mais de 21 anos que exibisse folha corrida poderia inscrever-se no concurso para professor catedrático. Mas suas condições de acesso eram mínimas, porque os candidatos deveriam apresentar: um trabalho original e inédito de valor sobre a cadeira, impresso, em número de 50 exemplares; ser argüido por uma banca examinadora composta de

quatro professores sob a presidência do diretor, e fazer uma preleção, durante quarenta minutos, sobre um dos pontos do programa da cadeira, tirado à sorte 24 horas antes (havia, ainda, prova prática (escrita) para o provimento das principais cadeiras do curso).¹³

Além disso, o concurso para professor catedrático passou a exigir, dos candidatos que não fossem docentes livres ou catedráticos de outras cadeiras ou de outros estabelecimentos, o curso completo de *humanidades* ou diploma de escola superior, e justificarem a inscrição, em caráter condicional, “com títulos e trabalhos de valor”.¹⁴ Os candidatos deveriam elaborar duas teses: uma, comum a todos os candidatos, sobre assunto previamente anunciado no edital, e outra sobre assunto livremente escolhido pelo candidato.

O professor catedrático, em seus impedimentos, era substituído por um docente livre. Estes eram nomeados após aprovação em concurso específico para esta categoria. Os professores que, não sendo auxiliares do ensino, prestassem concurso para professor catedrático e obtivessem notas superiores a cinco, também eram nomeados docentes livres sem precisarem ser submetidos a novas provas.

Os professores de História eram, então, catedráticos ou docentes livres; eventualmente, eram contratados professores não pertencentes aos quadros da Casa, necessariamente indicados pelos catedráticos, para atender ao número crescente de turmas.

Todos os professores catedráticos em exercício e em disponibilidade pertenciam à Congregação, instituição maior do estabelecimento, que decidia toda a vida acadêmica do Colégio. À Congregação competia aprovar os concursos, programas de ensino, regimento interno, comissões examinadoras, conferir prêmios, dar posse em sessão solene aos professores, além de outras importantes atribuições. Dentre estas, a de eleger, anualmente, um professor catedrático para seu representante no Conselho de Ensino Secundário e Superior. Os diretores do Externato e do Internato revezavam-se na presidência da Congregação. A tramitação das sessões, seu ordenamento processual, correspondiam a rituais detalhadamente

prescritos no Regimento Interno, e que eram seguidos com rigorosa atenção.¹⁵ respeito, pelo que constam as atas da Congregação.

- **Professores e autores**

A maioria dos professores (74%) do Imperial Colégio estava ligada ao mundo da escrita como autores de livros (didáticos ou não) e atuando no jornalismo literário, publicando em jornais e outros periódicos.¹⁶

Dentre os professores produziram algum tipo de obra, 28% escreveram apenas obras não-ficcionais (livros didáticos mais teses, artigos e afins¹⁷), 22% escreveram apenas teses e/ou artigos e afins, e 19% escreveram apenas obras didáticas. Quanto a obras ficcionais, como romances, poesias, crônicas, 15% deles publicaram algo do gênero em conjugado com publicação de teses ou livros didáticos, ou seja, nenhum enveredou por apenas um caminho. Um campo muito freqüentado foi o das traduções – de obras didáticas, literárias ou científicas - principalmente por aqueles que já haviam singrado pelo campo literário, seja com obras ficcionais quanto não-ficcionais.

Neste período, a formação de quadros para o magistério secundário e superior foi uma função importante do Colégio de Pedro II, onde se verificou a preferência pelos seus ex-alunos, em geral indicados pelos catedráticos para professores substitutos e que mais tarde poderiam tornar-se catedráticos por meio de concursos públicos, num processo de formação de um grupo identificado com a cultura escolar e com a prática docente. Uma cultura escolar que privilegiava a tradição e a retórica, segundo o modelo de cultura clássica e que só aos poucos foi cedendo lugar às *novas idéias* sobre o ensino e a sociedade. Nesse processo, os professores, através de suas práticas de escrita e docência, tiveram participação ativa e fundamental. Os Bacharéis em Letras pela instituição constituíam 17% dos professores deste período e 62% destes foram autores, tanto de obra didáticas, quanto de teses e obras ficcionais.

- **Uma identidade social em formação**

O que significou essa efervescência produtiva e criativa, o ser professor, o ser autor e o ser professor/autor?

As conclusões do estudo apontam que no conjunto dos dispositivos e práticas que permitiram a configuração de uma identidade socioprofissional docente, o papel representado pelos professores secundários foi fundamental. Pertencentes ao grupo de intelectuais que escreviam livros e outros textos em periódicos, foram aos poucos formando um grupo específico de letrados que se dedicavam ao ensino nas principais instituições educacionais públicas e particulares do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Dentre as reflexões históricas que podem ser levantadas sobre o papel do livro didático e suas transformações, toma relevância a prática social dos professores da escola secundária então em formação: o status de autoria confere a estes professores a condição de sujeitos, construtores ativos dos conteúdos curriculares e das formas de ensinar; construtores de seus fazeres e de sua história.

¹ Professora da faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

² Trata-se das conclusões parciais de investigação em andamento O nascimento de uma pedagogia: os professores/autores de livros didáticos da escola secundária brasileira (1860-1900), que tem apoio financeiro e de Bolsas de Iniciação Científica da FAPERJ e da PROPP/UFF.

³ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 271.

⁴ Foram utilizadas diversas fontes primárias e secundárias: documentos escolares, registros das secretarias das escolas, atas de reuniões, anuários, periódicos e impressos, atos e publicações dos órgãos da administração escolar, além de livros didáticos, biografias, enciclopédias.

⁵ CERUTTI, Simona. "A construção das categorias sociais". In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, pp. 233-242, p. 204.

⁶ CERUTTI, 1998, op. cit., p. 241.

⁷ Desde 1861, com suas *Lições*, Joaquim Manuel de Macedo introduz seu método de ensino nos textos produzidos para o ensino. (Ver *Lições de História do Brasil* para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro Segundo por Joaquim Manoel de Macedo. Professor de Chorographia e Historia do Brasil no mesmo collegio. Rio de Janeiro. Em casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863. 300 p. in-8º. Ao fim de cada lição, um quadro sinótico (Personagens e corporações, atributos, feitos e acontecimentos, datas), apresentado em folha dupla, dobrada).

⁸ Como exemplo, citamos os professores de história Joaquim Manuel de Macedo e João Ribeiro, que produziram compêndios para as escolas primárias e para os alunos do Colégio Pedro II, principal instituição secundária da Corte e depois capital da República. Tais livros, com várias reedições, foram também adotados em outras províncias brasileiras por vários anos (MACEDO, Joaquim Manuel de. 1861. *Lições de Historia do Brazil* para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typ Imparcial, de J. M. N. Garcia, 143 p.; _____. *Lições de Historia do Brazil*. Para uso das escolas de instrução primaria. Edição revista e atualizada de 1914 até 1922 pelo Professor Rocha Pombo. Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier. 545 p. RIBEIRO, João. *Historia do Brasil*. Adaptada ao ensino primario e secundario por João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho de Jacintho Ribeiro dos Santos, Editor. 314 p.in-8º. 1900; cf GASPARELLO, 2004, op. cit.

⁹ Até a República, quando passou a chamar-se Ginásio Nacional, o nome oficial da instituição era Colégio de Pedro II. Somente na década de 1920 retornou ao antigo nome, sem a partícula “de”, que mantém até hoje.

¹⁰ O título de Bacharel em Letras dava direito ao ingresso nos cursos superiores sem exigência de exame. Inicialmente tal *privilégio* (como era considerado) era exclusivo dos alunos aprovados após os sete anos do curso secundário do Colégio de Pedro II, mais tarde estendido a outros estabelecimentos e liceus provinciais *equiparados* ao Colégio (cf em Haidar, 1972; Gasparello, 2004).

¹¹ Reforma Rocha Vaz, tornada lei pelo Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.

¹² Os auxiliares do ensino eram os preparadores e os repetidores. Nomeados pelo Diretor do estabelecimento, eram indicados pelos professores catedráticos. Os repetidores, em número de três no estabelecimento, deveriam ser bacharéis, para repetirem as aulas de Línguas, Matemática, Física, Química e História Natural. (Regimento Interno do Colégio de 1926).

¹³ As provas práticas eram nas cadeiras: Física e Química e História Natural; Matemática; Geografia; Línguas vivas estrangeiras; Português e Latim.

¹⁴ A expressão “curso completo de humanidades” significava “o conjunto de estudos demonstrado pelos exames finais das matérias obrigatórias do curso do Colégio Pedro II, até o 5.º ano, excluído o desenho” (Regimento Interno, 1926, p. 72).

¹⁵ Ver atas da Congregação no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

¹⁶ Os professores do Colégio Pedro II que mais escreveram foram os das *cadeiras* de História, Geografia e Corografia do Brasil (sendo estas relacionadas e por vezes lecionadas conjuntamente) – traço da importância do estudo de humanidades.

¹⁷ Discursos, conferências, etc